

Impasse jurídico ameaça a eleição em 27 municípios

Mais de 364 mil candidatos vão submeter seus nomes, neste domingo, aos 128 milhões de eleitores brasileiros que comparecerão às urnas para escolher prefeitos e vereadores. Mas a eleição está em suspense para pelo menos 27 dos 5.564 municípios do país: eles foram criados a partir de 1996 e um vácuo jurídico ameaça deixá-los na ilegalidade.

páginas 3 a 5



CÉLIO AZEVEDO

Humberto Lucena, José Sarney, Moreira Alves e Ulysses Guimarães: chefes dos três Poderes aplaudem promulgação da Carta Magna

Encontro faz balanço dos 20 anos da Constituição

Um seminário internacional, programas na TV e Rádio Senado, exposição, entrevistas e um encarte especial na próxima edição do **Jornal do Senado** marcam os 20 anos da Constituição de 1988.

página 8

Crescimento da classe média anima país diante da crise

A classe média cresceu de 44% para 52% da população do país nos últimos seis anos, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Outro estudo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, indica que 13,8 milhões de

brasileiros subiram de faixa social entre 2001 e 2007. Essa é uma das razões para justificar a expectativa do governo de que o país está preparado para enfrentar e superar a crise financeira que ameaça o mundo.

páginas 6 e 7

Casal em busca do carro zero-quilômetro: crescimento da classe média reverte duas décadas de estagnação econômica



IMAGE100/CORBIS

crise

Cristovam elogia Lula por críticas aos países ricos

página 2

cidadania

Estatuto do Idoso segue desrespeitado

Há cinco anos em vigor, o Estatuto do Idoso, que garantiu diversos direitos a essa parcela de 19 milhões de brasileiros, segue pouco divulgado e, pior, desrespeitado por várias instituições e empresas.

página 12

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 11

plenário

Cristovam comemora discurso de Lula na ONU

Senador elogiou o presidente por cobrar dos países ricos uma postura firme em relação à crise financeira e à inflação dos alimentos

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a atenção para o discurso pronunciado na terça-feira pelo presidente Lula, durante a abertura da 63ª Assembléia Geral da

Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O senador parabenizou o presidente pela cobrança de ações dos países ricos contra crises financeiras e inflação de alimentos e

a favor da abertura comercial e da democratização do Conselho de Segurança da ONU.

Ele afirmou que, se é verdade que não se deve deixar um banco quebrar, de forma que possa proteger os correntistas, também não se pode salvar o banco com dinheiro público e “deixar o banqueiro solto”.

Cristovam também sugeriu que, na próxima reunião da ONU, daqui a um ano, Lula proponha uma cúpula para mostrar a gravidade do problema do analfabetismo e discutir como fazer para que, nas próximas décadas, o mundo inteiro dê um salto educacional, uma vez que existem 800 milhões de adultos sem instrução básica.



Além de elogiar fala de Lula, Cristovam Buarque sugeriu que o presidente proponha na ONU uma cúpula de discussão sobre analfabetismo no mundo

Heráclito: situação de construtora brasileira no Equador é preocupante

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) se disse preocupado com funcionários da construtora brasileira Odebrecht que estão no Equador. Eles foram proibidos de deixar o país depois que o presidente Rafael Correa anunciou o embargo de bens e de obras da construtora. Heráclito, que é presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), também propôs a realização de uma reunião do colegiado para debater o assunto logo após as eleições.

– Esperamos que até lá os fatos estejam totalmente esclarecidos e tenhamos garantia de que os brasileiros que para ali foram, cumprindo deveres profissionais, não tenham cerceado o direito de ir e vir. E tampouco sofram qualquer tipo de constrangimento, porque exercem funções para as quais foram contratados – afirmou.

De acordo com as agências de notícias, o governo equatoriano reclama uma indenização pela paralisação de uma hidrelétrica construída pela Odebrecht e ordenou a ocupação das instalações da construtora pelo Exército.

O presidente da CRE disse que a situação se torna mais preocupante diante de informações de que o governo do Equador pretende suspender os pagamentos feitos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), financiador da obra.

– Quando se anuncia um calote ao BNDES, é preciso que se veja a modalidade de contrato feita, as garantias dadas. Não pode, de maneira nenhuma, um banco brasileiro, cujo patrimônio pertence ao povo, ter prejuízo em operação dessa natureza. É preciso uma apuração dos fatos – defendeu Heráclito.

Senador propõe que comissão da Casa analise impasse

Adelmir Santana destaca potencial do ecoturismo auto-sustentável no país

O vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, senador Adelmir Santana (DEM-DF), afirmou terça-feira, na abertura da 2ª Semana do Turismo no Congresso Nacional, que o potencial do ecoturismo auto-sustentável do Brasil é um dos maiores do mundo.

Esse tipo de atividade econômica, segundo o parlamentar, pode ser explorado em todas as regiões do Brasil, embora o Pantanal e a Amazônia sejam os locais mais famosos, reconheci-

dos internacionalmente, junto com as praias do Nordeste.

– A região amazônica, em especial, pode estimular o ecoturismo e o turismo auto-sustentável, internacional.

Adelmir informou que o Serviço Social do Comércio (Sesc) tem um centro de ecoturismo no Pantanal Mato-Grossense, que recebe comerciantes do Brasil inteiro.

O evento, que se encerrou domingo, teve como tema “Mudanças climáticas: o turismo em busca da ecoeficiência”.



Na abertura da 2ª Semana do Turismo no Congresso, Adelmir afirmou que ecoturismo é uma atividade que pode ser explorada em todo o país

ambiente legal

Felicidade prolonga a vida

A felicidade contribui para aumentar entre 7,5 e dez anos o tempo de vida de uma pessoa, protegendo-a contra doenças. A afirmação é do professor Ruut Veenhoven, da Universidade Erasmo de Roterdã. Pesquisa de cientistas holandeses concluiu que, para viver melhor, ser feliz é tão eficaz quanto deixar de fumar. O estudo mostrou que as pessoas felizes tendem a vigiar seu peso e os sintomas das doenças, a fumar menos e a beber menos álcool. Normalmente, são pessoas mais dinâmicas, mais confiantes e com mais relações sociais.

Controle do gás do efeito estufa

A Austrália pretende investir por ano 100 milhões de dólares australianos (US\$ 83,5 milhões) na criação de um instituto internacional dedicado a criar tecnologia para capturar e armazenar gases do efeito estufa. O primeiro-ministro Kevin Rudd prevê que o centro começará a funcionar em janeiro. Ele ressaltou que o futuro instituto ajudará o G8 – sete países mais industrializados do mundo e a Rússia – a cumprir o compromisso de ter 20 fábricas de armazenamento de CO² até 2020.

Suco de uva também ajuda o coração

As substâncias do vinho tinto que, acredita-se, fazem bem ao coração também são encontradas no suco de uva, especialmente na variedade feita a partir de uvas vermelhas e roxas do tipo concórdia. Pesquisas concluíram que o suco de uva pode reduzir o risco de coágulos de sangue e evitar que o LDL (colesterol “ruim”) grude nas artérias. Estudo da Universidade de Wisconsin analisou os efeitos de duas doses diárias de suco de uva concórdia em 15 pessoas com doenças coronárias. Após duas semanas, as pessoas tiveram um aumento no fluxo sanguíneo e redução na oxidação do LDL.

Geladeira ecológica de Einstein

O protótipo de uma geladeira ecológica, inventada pelo físico Albert Einstein em 1930 e que dispensa o uso de eletricidade, foi reconstruído por um grupo de cientistas britânicos. Malcolm McCulloch, um engenheiro elétrico de Oxford, coordena um projeto para o desenvolvimento de mecanismos que podem ser utilizados sem eletricidade. A equipe de McCulloch fabricou o protótipo do refrigerador de Einstein, que só utilizava gases a pressão para congelar os alimentos.

Energia eólica em alto mar

Uma equipe de estudantes da Universidade de Delaware, nos Estados Unidos, descobriu que os ventos no litoral do estado são capazes de gerar quatro vezes mais energia do que a média de consumo da região. Tudo começou quando o professor Willett Keaton, da Faculdade de Estudos Marinhos, decidiu lecionar um curso sobre energia eólica em alto mar. Em terra, o vento não sopra em Delaware com força suficiente para constituir uma alternativa energética.

Proposta inclui Cerrado e Caatinga entre biomas considerados patrimônio nacional

Aguarda votação no Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 53/01) de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. A proposta altera a redação do artigo 225 da Constituição, o qual estabelece que é dever do poder público e dos cidadãos defender e preservar esses biomas.

O dispositivo considera patrimônio nacional a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica (região litorânea do país), a Serra do Mar (litoral leste-sul brasileiro), o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira (transição entre regiões continental e marítima).

Bioma é um conjunto de vida vegetal e animal constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação adjacentes e identificáveis em

escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

Na justificativa, Demostenes argumenta que a ocupação desses biomas deve ocorrer de modo a garantir a preservação do meio ambiente, coibindo práticas predatórias na exploração dos recursos naturais.

O senador explica que a inclusão do Cerrado como patrimônio nacional deve-se ao fato de este ocupar cerca de um quarto do território do país, e, principalmente, de englobar ampla biodiversidade. Quanto à Caatinga, ele observa que esse bioma pode ter sido o mais severamente devastado pela ação humana, resultando em esgotamento de grande parte do solo e em processos erosivos e de salinização.

plenário

Segunda a quinta-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

eleições

Como votar

O teclado da urna eletrônica é similar ao de um telefone. Primeiro é preciso votar para vereador, digitando os cinco números do candidato ou os dois números do partido da preferência do eleitor. Na tela, aparecerão a foto, o número e o nome do candidato e a sigla do partido. Depois, é preciso apertar a tecla verde (confirmar). Caso se deseje votar em branco, há uma tecla específica para isso. Se teclar o número errado, em vez de confirmar é possível corrigir (tecla laranja). Mas, atenção: o voto é considerado nulo quando a pessoa digitar um número inexistente e confirmar o voto.

Depois de votar para vereador, é hora de votar para prefeito. São só dois números. Além do nome, número e foto do prefeito, também aparecerão o nome e a foto do candidato a vice-prefeito.

A cada voto confirmado, a urna emite um sinal sonoro. No final do voto, o sinal sonoro é mais longo e mais intenso e aparece na tela da urna a palavra "fim".



Justificativa eleitoral

Se o eleitor estiver em outra cidade, deve procurar qualquer seção eleitoral ou posto de justificativa no dia da eleição, com o seu título de eleitor ou documento com foto (RG, carteira de motorista ou de trabalho, passaporte ou certificado de reservista) e o requerimento (disponível em www.tse.gov.br/internet/eleicoes/arquivos/justificativaEleitoral2008.doc) preenchido.

Quem deixar de votar ou justificar o voto em 5 de outubro terá até 4 de dezembro para apresentar justificativa ao juiz eleitoral. No caso do segundo turno, o prazo vai até 26 de dezembro.

Propaganda na TV termina na quinta

Nesta quinta-feira, 2 de outubro, termina a propaganda eleitoral gratuita para o primeiro turno no rádio e na televisão. É também a data limite para a realização de comícios ou reuniões públicas, debates ou o uso de aparelhos de som.

A partir da sexta, fica proibida a divulgação paga de propaganda eleitoral em jornais e revistas e a propaganda em páginas institucionais na internet. Na véspera da eleição, ficam proibidas propaganda por meio de alto-falantes, carreatas e distribuição de material de candidatos.

A partir desta terça-feira e até 7 de outubro (48 horas depois do encerramento da eleição), nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, a não ser em flagrante ou por crime inafiançável.



Fila para votação em 2006: eleitorado cresceu para mais de 128 milhões de brasileiros e brasileiras, espalhados por 5.563 municípios

Eleições reúnem 128 milhões de eleitores e 364 mil candidatos

Apesar de constituírem a maioria do eleitorado, as mulheres ainda buscam seu espaço na política: apenas 9% dos candidatos a prefeito e 22,1% dos que buscam cadeiras de vereador são do sexo feminino

Neste domingo, 5 de outubro, 128.805.829 eleitores estarão aptos a ir às urnas para eleger prefeitos em 5.564 municípios. Também estarão em disputa 52.137 vagas de vereador. A votação começará às 8h e será encerrada às 17h. Somente os eleitores do Distrito Federal, onde não há eleição municipal, estão dispensados de votar.

Há 15.292 brasileiros com mais

de 21 anos candidatos a prefeito, com seus respectivos candidatos a vice. Disputam uma cadeira na câmara municipal 348.798 eleitores com mais de 18 anos. Apesar dos limites de idade para candidatura serem bem menores, grande parte dos candidatos está na faixa etária que vai dos 35 aos 59 anos (72%).

A maioria do total dos 379.396 candidatos tem ensino médio

(36,7%), contra 20,8% com ensino fundamental e 18,5% com ensino superior, além de 285 candidatos que se declararam analfabetos.

Apesar de haver mais mulheres (51,73%) no eleitorado, elas são minoria entre os candidatos a prefeito (apenas 9%). A proporção é um pouco melhor quando o cargo em disputa é o de vereador, já que é preciso reservar nas listas dos

partidos uma cota de pelo menos 30% de candidatas mulheres. Mesmo assim, esse percentual é inferior ao que determina a lei, já que apenas 22,1% dos candidatos a vereador são do sexo feminino.

O PMDB apresentou o maior número de candidatos a prefeito (2.672) e terá candidato próprio em quase metade dos municípios brasileiros.

De onde vem o dinheiro da prefeitura

Os municípios dispõem de diversas fontes de receitas, com as quais pagam os seus custos, os salários do prefeito, dos vereadores e dos funcionários, investem em ações sociais (saúde, educação, assistência social etc.) e ainda fazem obras (asfalto, construção de escolas, entre outras).

Em primeiro lugar, vêm as receitas de impostos que, segundo a Constituição, devem ser cobrados pelos municípios. São eles:

- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

- Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), devido quando se vende um imóvel; e

- Imposto sobre Serviços (ISS), com exceção de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

A Constituição garante que 25% do que é arrecadado pelos estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e 50% dos recursos provenientes do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) sejam re-

passados aos municípios. Os estados também são obrigados a repassar um quarto dos 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que recebe da União, calculados proporcionalmente à contribuição de cada estado com a exportação de bens industrializados.

Entre os impostos de competência da União, parcelas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), do Imposto de Renda (IR) e do IPI

são reservadas aos municípios. Do ITR, o município fica com 50% da arrecadação em seu território e a União com o restante.

A União também tem que repassar 23,5% do total arrecadado com o IR e o IPI para compor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para mu-

nicipios menores, essa é uma das grandes fontes de recursos e tem ainda a vantagem de ser depositado a cada dez dias nas contas municipais, o que permite o planejamento orçamentário e financeiro pelas prefeituras e câmaras de vereadores.

O cálculo da cota que cabe a cada município é complexo e é feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a quem cabe, juntamente com os legislativos municipais, fiscalizar a aplicação e o recebimento desses recursos. O TCU aplica coeficientes variáveis de acordo com o número de habitantes, calculado a cada ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro tributo federal dividido com estados e municípios é a Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (Cide), paga atualmente sobre combustíveis. Dos 29% entregues pela União aos estados, 10% seguem para os municípios melhorarem sua malha viária.

Há ainda as transferências voluntárias, por convênios firmados pelo município com o

estado e a União, comuns nas áreas de saúde, saneamento e educação. Alguns municípios possuem outra fonte de receitas bastante generosa: as compensações financeiras, destinadas a indenizar a exploração de recursos naturais, como petróleo, gás natural, água (barragens para geração de energia, por exemplo) ou minérios. São os *royalties* e as chamadas participações especiais.

O patrimônio público do município também pode ser explorado economicamente e gerar receitas. Aplicações financeiras, venda de bens móveis e imóveis, aluguéis, entre outros, compõem essas receitas. E há ainda receitas com as taxas cobradas dos permissionários de transporte coletivo, de mercados e feiras, matadouros, cemitérios etc.

Completam as fontes de receitas dos municípios as multas, taxas e penalidades impostas a obras irregulares, a atualização monetária de impostos pagos em atraso e a cobrança da dívida ativa, entre outras.

Fonte: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

eleições

27 prefeitos podem não tomar posse

Emenda de 1996 à Constituição condiciona a criação de municípios a aprovação de lei complementar. STF deu prazo até 11 de novembro para o Congresso acolher a norma legal, sob pena de suspender a emancipação das mais de 27 cidades criadas desde então

Cada vez mais um foco de tensão entre os Poderes, caminha para o impasse a situação de pelo menos 27 municípios criados no país a partir de 1996. Em 11 de novembro chega ao fim o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a regularização da situação jurídica desses municípios. Para isso é preciso que seja cumprida a Emenda Constitucional 15, de 1996, que condicionou a criação de novos municípios à aprovação de lei complementar. Mas ainda falta entendimento sobre o assunto na Câmara e no Senado. O presidente do STF, Gilmar Mendes, já alertou para o risco de, sem uma ação do Legislativo, municípios como Luís Eduardo

Magalhães, na Bahia (veja lista), voltarem a ser distritos dentro de semanas. As conseqüências são difíceis de prever, mas uma delas seria a impossibilidade de os prefeitos eleitos no próximo dia 5 tomarem posse. Grande parte dessas cidades já tem instituições consolidadas e recebe regularmente cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O número de municípios nessa situação varia de acordo com os critérios adotados para elaboração da lista e as ações judiciais pendentes. Há ainda outros 29 municípios do Rio Grande do Sul que têm sua existência questionada no STF mesmo tendo sido criados antes da Emenda 15.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) quer aproveitar o momento para convalidar também as leis gaúchas referentes a esses municípios, atualmente amparadas por liminares. Caso os critérios para definir quais municípios podem ser regularizados pela nova legislação sejam mais flexíveis, existem mais de 800 outras cidades no país aguardando para serem criadas. Sem a ação do Congresso e com a entrada em vigor da decisão do Supremo, é possível que em novembro os prefeitos eleitos dessas cidades nem sequer tenham um município para administrar.

Solução: senadores querem votar lei ou outra emenda

No Senado, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), entre outros, trabalham para completar a legislação e transferir para os estados a decisão sobre a criação de municípios. Duas propostas estão em estágio mais adiantado de discussão: o projeto de lei complementar (PLP) 98/02 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/03. O primeiro regulamenta a Emenda 15 e define regras, como um estudo de viabilidade, para a criação de municípios. Já a PEC devolve aos estados o poder de legislar sobre o assunto, atendendo às assembleias legislativas.

O ponto polêmico do PLP, pronto para votação em Plenário, prevê que a população mínima em um município a ser criado nas regiões Norte e Centro-Oeste seja de 5 mil habitantes, na região Nordeste, 7 mil, e nas regiões Sul e Sudeste, de 10 mil habitantes. Esse projeto discrimina regiões e é muito restritivo – afirma Zambiasi, que defende a aprovação da PEC 13/03, de sua autoria, que ainda depende de parecer da CCI. Zambiasi não descarta a possibilidade de o Congresso pedir ao STF mais um adiamento na publicação da decisão. “Precisamos dialogar com o Supremo e com a Câmara para encontrar uma solução urgente”, disse. Azeredo, porém, vai lutar



Eduardo Azeredo defende lei complementar como solução intermediária, até aprovação da PEC



Já Sérgio Zambiasi considera o projeto restritivo e discriminatório e luta pela aprovação da emenda

pela rápida aprovação do PLP 98/02. Mesmo considerando muito alto o limite populacional, ele acha necessário definir regras nacionais mínimas e devolver logo aos estados a competência de legislar sobre o assunto. – Defendo a aprovação do projeto como está para continuar discutindo a PEC – assinalou.

Confederação de Municípios pede à Câmara votação de PEC

Diante da iminência de o STF declarar ilegal a criação de pelo menos 27 municípios, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, pretende lutar pela aprovação imediata da PEC 495/06, de autoria do ex-senador Luiz Otávio (PA), aprovada pelo Senado em janeiro de 2006. Em junho de 2008, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, determinou a instalação de uma comissão especial para discutir o assunto, mas o colegiado ainda aguarda a designação de membros. Ziulkoski vai pedir que a PEC inclua os 29 municípios gaúchos criados antes da Emenda Constitucional 15 (veja lista). Esses municípios foram emancipados com base em leis gaúchas promulgadas em 16 de abril de 1996, mas o governador gaúcho à época, Antonio Brito,

Afinal, criar município traz vantagens?

Desde a redemocratização, o Brasil passou por dois momentos com relação à criação de novos municípios. De 1984 a 1997, 1.405 municípios passaram a existir, um aumento de 34,4% em relação aos 4.102 municípios existentes até então. Esse período ficou conhecido como a época da “farra” da criação de novas cidades.

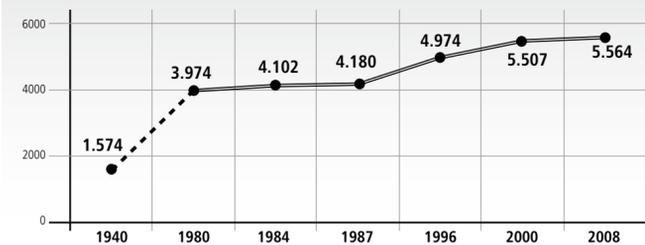
A partir de setembro de 1996, a Emenda Constitucional 14 impediu a criação de municípios até que o Congresso Nacional definisse novas regras. Os municípios criados depois dessa data estão ameaçados, mas políticos, associações e ações na Justiça reclamam o direito de emancipação dessas cidades, que, acreditam, teriam melhores condições de desenvolvimento se gozassem

de independência. Para entender as vantagens e desvantagens da emancipação de áreas e populações em novos municípios – o menor dos entes da Federação – o **Jornal do Senado** ouviu a opinião de senadores, instituições e especialistas na questão, listando abaixo os argumentos favoráveis e contrários à criação de municípios.

Excessos vêm desde 1940

No Censo de 1940, o Brasil tinha 1.574 municípios e 54,4% deles eram habitados por mais de 20 mil cidadãos. As cidades com menos de 5 mil habitantes representavam apenas 2% do total. Em 1980, já eram 3.974 municípios; em 87, 4.180; em 1996, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 15, já havia 4.974 municípios instalados e outros 533 aguardando instalação. Atualmente, o país tem 5.564 municípios, o que significa um aumento de mais de 35% desde 1987 e de 354% desde 1940. Dos 1.405 municípios instalados de 1984 a 1997, 1.329 (94,5%) tinham menos de 20 mil habitantes e 735 (52%), eram habitados por menos de 5 mil pessoas. Como conseqüência, atualmente as cidades com menos de 20 mil habitantes representam 74,8% do total de municípios e as com menos de 5 mil pessoas já são mais de uma em cada quatro (25,6%). Isso apesar de a população ter crescido de 41,1 milhões de habitantes para quase 188 milhões no período (um aumento de 445%). Criar municípios tem significado, no Brasil, antes de tudo, multiplicar o número das pequenas cidades e, ainda mais, dos micromunicípios.

Sem controle
Evolução do número de municípios no Brasil de 1940 a 2008



sim

Melhora a qualidade de vida das pessoas e impulsiona desenvolvimento

Instituições, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e senadores, como Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Jayme Campos (DEM-MT) e outros, argumentam que a criação de novos municípios induz o desenvolvimento e melhora a qualidade de vida da população, trazendo progresso, maior proteção social e desenvolvimento econômico. Azeredo advoga a definição de regras para a criação de municípios. – Em 1996, se proibiu a criação de novos municípios como se o Brasil fosse um país da Europa, mas ainda estamos em desenvolvimento e em processo de ocupação [do território] – afirma o senador, reconhecendo, porém, que houve abuso na criação de novas cidades entre 1984 e 1996. Já o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, é um entusiasta da possibilidade de emancipação de áreas sob nova administração. Ele próprio é prefeito de uma cidade recém-criada: Mariana Pimentel (RS), com 3.964 habitantes, se tornou um município autônomo em 1992, desmembrado de Guaíba e Barra do Ribeiro. Por sua vez, o Ibam realizou pesqui-

CNM: novo município só tem receita menor numa primeira fase

sas com prefeitos de novos municípios, que apontaram a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e a diminuição do êxodo rural entre as vantagens da emancipação. Mais recentemente, a CNM publicou estudo demonstrando números contrários à idéia de que municípios que cedem território e população para criação de um novo têm seu desenvolvimento comprometido. – A redução inicial da receita desses municípios é acompanhada por uma alta recuperação posterior – afirma a pesquisa. O estudo analisou separadamente municípios novos, municípios desmembrados e municípios com alterações para concluir que, “após o período de reorganização, vê-se uma convergência para uma taxa de crescimento uniforme e constante”. Mais que isso, com dados oficiais, a pesquisa da CNM demonstra que o percentual de gastos com educação e saúde em relação à receita corrente líquida, o percentual de matrículas na rede municipal de ensino, a taxa de evasão escolar, a taxa de vacinação e a taxa de mortalidade infantil se equivalem nos três grupos de municípios.

não

Aumenta despesas e reduz recursos para serviços públicos e infra-estrutura

A criação de municípios e o aumento das receitas à disposição das cidades tiveram conseqüências indesejáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. Essa é a principal conclusão de estudo dos economistas Gustavo Maia Gomes e Cristina Mac Dowell, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em fevereiro de 2001. De acordo com a pesquisa (“Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social”), o desmembramento de municípios levou principalmente à criação de novas unidades com menos de 5 mil habitantes. Assim, houve aumento da transferência de receitas tributárias de municípios grandes para os pequenos, com o provável efeito de desestimular a atividade produtiva nos grandes municípios, sem estimulá-la nos pequenos. Outra conseqüência, diz o estudo, foi que a criação de municípios beneficiou só pequena parte da população, já que o aumento de recursos destinados às novas prefeituras é usado no pagamento de despesas com o Legislativo e, provavelmente, da administração em geral (gabinetes de

Federalismo municipal prejudica produção, diz estudo do Ipea

prefeitos, câmaras de vereadores etc.), ao mesmo tempo em que reduziu os recursos disponíveis para programas sociais e investimentos. Como os pequenos municípios dependem muito das transferências de impostos federais, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), aqueles com menos de 5 mil habitantes obtêm mais recursos financeiros *per capita* do que qualquer outro. Porém, apenas 2,2% da população vive nessas pequenas cidades. “Os municípios gastam relativamente mais de suas receitas com o Legislativo do que o fazem os estados e a União. Uma conseqüência direta da intensa criação de municípios é o aumento do número de vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, assessores e burocratas em geral. Logo menos recursos sobram para financiar serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, saneamento), investimentos (obras públicas, como vias de transporte, essenciais para a atividade produtiva) e o incentivo à produção”, diz o estudo. Os economistas concluem com base em seus dados que é grande a probabilidade de que a descentralização política e o chamado federalismo municipal estejam desestimulando a produção.



Município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, está entre os criados depois de 1996 sujeitos a serem desconstituídos

Sob risco de extinção

Municípios que podem voltar a ser distritos em 11 de novembro*

Estado	Município	Desmembrado de	População	PIB (em R\$ milhões)
Bahia	Barrocas	Serrinha	13.182	39,4
	Luís Eduardo Magalhães	Barreiras	44.265	1.003,0
Espírito Santo	Governador Lindenberg	Colatina	9.890	67,7
	Campeão de Goiás	Anápolis	5.596	22,3
Goiás	Gameleira de Goiás	Silvânia	3.289	40,3
	Ipiranga de Goiás	Ceres	2.813	22,9
	Lagoa Santa	Itajá	1.225	10,4
Mato Grosso do Sul	Figueirão	Camapuã	3.280	***
	Bom Jesus do Araguaia	Ribeirão Cascalheira e Alto Boa Vista	4.520	55,5
Mato Grosso**	Colniza	Aripuanã	27.882	120,2
	Conquista D'Oeste	Pontes e Lacerda	3.106	19,3
	Curvelândia	Cáceres, Mirassol d'Oeste e Lambari d'Oeste	4.835	20,8
	Itanhanga	Tapurah	4.703	***
	Ipiranga do Norte	Tapurah	4.129	***
	Nova Nazaré	Água Boa	2.745	Não disponível
	Nova Santa Helena	Itaúba e Cláudia	3.347	25,2
	Novo Santo Antônio	São Félix do Araguaia e Cocalinho	2.110	8,8
	Rondolândia	Aripuanã	3.348	36,7
	Santa Cruz do Xingu	São José do Xingu	2.116	23,0
	Santa Rita do Trivelato	Nova Mutum	2.478	148,2
	Santo Antônio do Leste	Novo São Joaquim	3.249	209,7
	Serra Nova Dourada	Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia	1.349	13,1
	Vale de São Domingos	Pontes e Lacerda	2.873	16,8
Piauí	Pau D'Arco do Piauí	Altos	3.713	7,8
	Aroeiras do Itaim	Picos	2.654	*,
Rio de Janeiro	Mesquita	Nova Iguaçu	182.495	993,3
Rio Grande do Norte	Jundiá	Várzea	3.517	8,0
Totais	27 municípios	8 estados	348.709	2.912,4

* O município de Jequiá da Praia, em Alagoas, foi criado após setembro de 1996, mas já teve a lei de sua criação restabelecida pelo STF. ** Alguns municípios de Mato Grosso listados não tiveram sua criação questionada judicialmente, mas poderão sofrer as conseqüências de uma decisão do STF. *** Dado não disponível pelo fato de o município ter sido criado em 2005.

crescimento

De país dos extremos a país da classe média

Mais anos de estudos, mais empregos formais, programas de transferência de renda e expansão do crédito estão na base da elevação da renda

Quando os Estados Unidos espirram, diz a frase popular, o Brasil pega uma gripe. Mas, em face da atual crise que contamina o sistema financeiro americano, a economia brasileira exibe saúde inédita. E um dos principais indicadores da robustez do país é o aumento da classe média. Desde 2002, essa parcela da população, com renda familiar entre R\$ 1.064 e R\$ 4.561, aumentou de 44% para 52%, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O fenômeno reverte as duas décadas de estagnação iniciadas nos anos 80. E, para o professor da FGV Marcelo Neri, há dois fatores por trás dessa evolução. O primeiro é a educação. A qualidade do ensino no Brasil pode ainda ser medíocre, mas os brasileiros entre 15 e 21 anos têm hoje em média três anos a mais de escolaridade do que tinham os jovens na mesma faixa etária no começo da década passada.

Outro fator invocado por Neri é a migração de trabalhadores do

mercado informal para empregos com carteira assinada. A criação de empregos formais aumentou 40% no ano encerrado em julho, em relação aos 12 meses anteriores. O desemprego de 7,6% em agosto foi o segundo menor aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2002, quando foi adotada a atual metodologia de cálculo. A taxa ficou atrás apenas de dezembro do ano passado (7,4%). Mas, no último mês do ano a taxa sempre tende a ser menor.

Os programas governamentais de transferência de renda como o Bolsa Família também ajudam a explicar a diminuição da desigualdade e o aumento da classe média – ao contrário do que acontece, por exemplo, na expansão econômica da China e da Índia.

Entrar na classe média significa também entrar num novo mundo de consumo, boa parte dele moldado pelas novelas, que vendem um padrão de beleza e prosperidade. Pode ser a compra do

primeiro carro, da TV de plasma ou da lipos aspiração paga em dez prestações.

Essas aquisições quase sempre ocorrem com pagamento parcelado, porque o aumento do poder de compra da classe média também está ligado à expansão do crédito. De fato, hoje 65% dos carros são vendidos a prestação, em financiamentos de 42 parcelas em média. A oferta total de crédito no país aumentou 20% em 12 meses.

A expansão do crédito tem sido tão substancial que já existe o temor de um calote generalizado – como aconteceu com os financiamentos imobiliários nos Estados Unidos. “Se você perguntasse aos bancos, eles diriam que desejam diminuir os empréstimos. Mas nenhum quer perder participação de mercado”, disse Ilan Goldfajn, do fundo Ciano Investimentos, à revista inglesa *The Economist*.

Goldfajn, aliás, sugere que já pode ser tarde para os brasileiros se safarem de uma ressaca da festança do crédito.

66,5 milhões de pessoas têm renda “intermediária”

Perto de 13,8 milhões de brasileiros subiram de faixa social entre 2001 e 2007, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaborado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse total, 74%, ou 10,2 milhões, saíram da classe de renda baixa (até R\$ 545,66 de renda familiar), e 3,6 milhões de pessoas passaram da classe intermediária (de R\$ 545,66 a R\$ 1.350,82) para a classe de renda mais alta (renda familiar superior a R\$ 1.350,82). “A movimentação superou o crescimento da economia e passou a ter mobilidade social ascendente que não se via desde os anos 80”, disse o pesquisador do Ipea Ricardo Amorim. Segundo ele, o crescimento da economia e programas de transferência de renda ajudaram no processo. Mas ressaltou que tais fatores indicam uma “qualidade mais baixa” na ascensão dessa parcela da população.

Com a ascensão, a classe mais baixa passou a representar 27,4% da população, ou 49,7 milhões de brasileiros. No grupo intermediário, estão 66,5 milhões, e a classe de renda mais alta soma 64,9 milhões de pessoas. No Nordeste, as pessoas com renda familiar de até R\$ 545,66 são 49,2% da população. Em 2001, eram 57,3%. No Sul e no Sudeste, essa parcela representava 21,4% da população em 2001, passando para 15% no Sul e 16,9% no Sudeste em 2007. Já o grupo com renda familiar superior a R\$ 1.350,82 no Sudeste era correspondente a 43,8% do total em 2001, e pelos dados atuais já representam 45,5%.



COU/DF



MARCELLO CASAL JR/ABR



WILLIAM PICARD/SXC

Um novo mundo de consumo se abre com o aumento da renda. A oferta de crédito subiu 20% em 12 meses e aumentou a venda de eletrodomésticos como TVs de plasma. Já a venda de automóveis, que bateu recordes nos últimos tempos, é feita em financiamentos de, em média, 42 parcelas. 65% dos carros são vendidos em prestações. Especialistas já advertem para risco de calote generalizado

Sarney: desigualdade menor protege o Brasil contra a crise

José Sarney (PMDB-AP) apontou as características da economia brasileira que deixam o país mais protegido diante da atual crise financeira internacional. Entre elas estão o crescimento da classe média e a diminuição da pobreza absoluta; a criação de mais de 2 milhões de empregos nos últimos 12 meses; a obtenção do *investment grade* por agências de classificação de risco (garantia de que o país é um local seguro para investir); e o crescimento da produção industrial e agrícola nos últimos anos.

O senador creditou ainda ao governo Lula contribuição fundamental para o fortalecimento da economia. “O Brasil tem solidez nos seus números e, mais importante, tem estabilidade política e liderança forte que nos dão segurança e certeza de que podemos dormir com tranquilidade”, afirmou.

Sarney considerou indevida qualquer comparação



GERALDO MAGELA

Senador destaca obtenção do *investment grade* como fator que melhora solidez econômica do país

entre a conjuntura econômica brasileira atual e as condições no país durante a crise asiática de 1997, ou à época do *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929. “Hoje, somos credores externos, situação diferente da do passado, em que parte da dívida interna era atrelada ao dólar. Se terminarmos sentindo algum efeito da crise aqui, será mais limitado, causado pela saída de investimentos estrangeiros para cobrir rimbos de caixa lá fora”, disse.

Pesquisa do IBGE aponta mais empregos e menos pobreza

Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou os avanços nos indicadores sociais do país revelados pela nova edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o levantamento, quase 14 milhões de brasileiros subiram de faixa social entre 2001 e 2007.

Melhorias no salário, no número de empregos formais e no acesso a bens duráveis, no saneamento e na taxa de alfabetização também foram apontados pela pesquisa. “Os indicadores sociais só não avançam mais porque a distribuição de renda não se dá numa velocidade maior do que a verificada nos últimos anos”, afirmou Renan.

O estudo revela que a taxa de desemprego em Alagoas, que era de 8,9% em 2006,

caiu para 7,6% em 2007, um dos menores índices do país e do Nordeste. O senador disse que a redução do desemprego no estado favoreceu mais as pessoas com mais de quatro anos de estudo.

A pesquisa também apontou avanço no acesso de jovens alagoanos entre 18 e 19 anos de idade ao mercado de trabalho. Mas, para Renan, o dado mais relevante do estudo em Alagoas é o avanço na taxa de ocupação de idosos, de 43% para 53,7%.

João Pedro (PT-AM) também comemorou os resultados da pesquisa. Mas observou que, embora a diminuição da desigualdade seja uma boa notícia, o país ainda precisa avançar, já que ultrapassou apenas cinco de 126 países em termos de concentração de renda. “Isso mostra como, ao longo desses séculos, a concentração foi brutal. O Brasil continua devendo, concentrador, desigual e injusto com parcelas importantes da nossa população”, destacou.

Na opinião de João Pedro, os dados divulgados demonstram o acerto de políticas promovidas pelos governos federal, estaduais e municipais. Ele aproveitou para sugerir aos eleitores brasileiros que escolham, na eleição deste domingo, os melhores candidatos a prefeito de seus municípios.

GERALDO MAGELA



Para Renan, indicadores sociais não avançam mais em razão da lenta distribuição de renda

Concentração de renda ainda é alta para padrões mundiais

A desigualdade da distribuição de renda no Brasil recuou 7% nos últimos seis anos, mas ainda faltam pelo menos 18 anos para o país se alinhar à média da desigualdade mundial, de acordo com o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ricardo Paes de Barros.

A redução da desigualdade no Brasil é uma das mais aceleradas do mundo, mas não suficiente, segundo o pesquisador, para colocar o país na média mundial. “A nossa desigualdade é imensa. Na velocidade que vamos, para fazê-la chegar à desigualdade registrada no mundo, ainda temos que repetir o nosso despenho dos últimos seis anos. São três vezes, ou seja, 18 anos. Estamos 24 anos atrasados, já tiramos seis”, disse Barros à *Agência Brasil*.

Segundo ele, a desigualdade no país ainda é um problema, apesar da queda nos índices ser “consistente”, puxada pelo aumento da renda dos mais pobres. Os 20% dos brasileiros mais pobres têm renda mensal de cerca de US\$ 1,2 mil, enquanto a média de renda *per capita* no país é de US\$ 8,4 mil.

O desafio da política social para os próximos anos, segun-

do Barros, é reduzir a desigualdade social elevando a renda obtida pelos mais pobres por meio do trabalho. Para o pesquisador, os programas assistenciais como o Bolsa Família, além dos benefícios da Previdência, não são saídas capazes de dar fim ao problema. “O Bolsa Família oferece condições mínimas de uma pessoa procurar um emprego, educar os filhos, mas é preciso uma política que dê oportunidade de aproveitar o potencial produtivo do cidadão, para que ele gere renda e saia da pobreza por seus próprios meios”, destacou.

De acordo com o Ipea, dentre os 74 países sobre os quais há informações a respeito da evolução do Coeficiente de Gini (índice usado para medir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres do país), menos de 25% conseguiram reduzir a desigualdade no mesmo ritmo que o Brasil (7% em seis anos).

O progresso, no entanto, só fez o país subir cinco posições no *ranking* da desigualdade social, composto por 126 países. Nesse *ranking*, 113 países apresentam distribuição de renda menos concentrada que a do Brasil, embora 62% deles tenham renda *per capita* menor do que a brasileira.

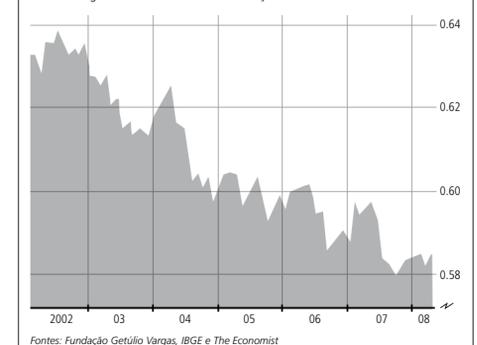


JOSE CRUZ/ABR

Ricardo Paes de Barros, do Ipea: programas governamentais como o Bolsa Família não são capazes de acabar de vez com a má distribuição de renda

Abismo menor

O Coeficiente de Gini, criado pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, é comumente usado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1 (um), maior a desigualdade; quanto mais próximo de 0 (zero), menor a desigualdade. Veja a variação do Coeficiente de Gini no Brasil desde 2002, que mostra desigualdade decrescente na distribuição de renda:



congresso

Evento aborda os 20 anos da Constituição

Especialistas, incluindo o presidente do STF, farão um histórico desde a promulgação da Carta de 1988 e traçarão perspectivas para o futuro

Com o tema “20 anos da Constituição Brasileira de 1988: balanço e perspectivas”, o XI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional ocorre de sexta a domingo, em Brasília. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), com o apoio do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o evento terá palestrantes internacionais, que falarão sobre suas respectivas cartas magnas.

Segundo o diretor-geral do IDP, Luiz Fernandes de Oliveira, os painéis farão um histórico dos últimos 20 anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, enquanto os temas seguintes abordarão o futuro.

– Procuramos palestrantes que pudessem olhar os 20 anos passados, fazer um histórico desse período e ainda lançar um olhar sobre o futuro – afirma, ao lembrar que vários ministros de tribunais superiores, além de professores e especialistas em Direito, falarão no encontro.

Na quinta-feira, a palestra de abertura será sobre “A Constituição do experimentalismo democrático”, proferida pelo ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Na sequência, haverá um painel sobre “Os 20 anos da Constituição – balanço e perspectivas sob as óticas política, judiciária, social e tributária” e, na parte da tarde, outros dois painéis: “Reforma política – o que esperar do futuro” e “Reforma tributária – o que esperar do futuro”.

Na sexta-feira, painéis tratarão

das relações Poder Judiciário e direitos sociais, também sob a perspectiva do futuro, e à tarde o painel “Desafios constitucionais no Direito Comparado”, tema que será ainda discutido no sábado pela manhã. O último painel do congresso será sobre “Direito, Constituição e desenvolvimento” e, para encerrar o evento, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, proferirá a palestra “Os 20 anos da Constituição: balanço e perspectivas”.

Inscrição de trabalho e concurso de monografias

No fórum virtual do encontro, o público terá acesso a teses sobre o tema “20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – casos marcantes da jurisprudência do STF”. Podem se inscrever trabalhos que comentem acórdãos relevantes do STF, em tema constitucional, nas duas últimas décadas.

O congresso também promove o V Concurso Brasileiro de Monografias Jurídicas, para estimular a pesquisa científica e o debate crítico entre profissionais e estudantes de Direito.

Este ano, o tema será “20 anos da Constituição Cidadã”, e o resultado será divulgado durante o evento. O autor da melhor monografia receberá R\$ 1 mil e terá seu trabalho publicado na revista *Direito Público*.

O encontro ocorre no Auditório Pedro Calmon, no Setor Militar Urbano. Mais informações pelo site www.idp.edu.br ou pelo telefone 61 3535-6565.



Constituição de 1988 foi aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, comandada pelo ex-deputado Ulysses Guimarães (C)

Garibaldi e Chinaglia abrem exposição

Vídeos, imagens impressas e documentos que registram o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte – de fevereiro de 1987 até a promulgação da Carta, em 5 de outubro de 1988 – estarão na exposição *20 anos da Constituição Cidadã*. A cerimônia de abertura ocorre às 11h do dia 7 de outubro, no Salão Nobre da Câmara, com a presença

dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

A exposição integra as comemorações dos 20 anos de promulgação da Constituição, com acervo que apresenta a recente construção da cidadania no país. Haverá ainda textos com versões em braile para pessoas com deficiência visual.

A Constituição Cidadã, as-

sim chamada pelo deputado Ulysses Guimarães, que presidiu a Constituinte, inaugurou uma nova fase jurídico-constitucional, ampliando liberdades civis e assegurando direitos e garantias fundamentais para o cidadão brasileiro.

A exposição ficará aberta até 2 de novembro, diariamente, das 9h às 18h, no Salão Negro do Congresso.

TV SENADO

O documentário *A Constituição da cidadania* faz a retrospectiva de fatos que marcaram o processo de elaboração da atual Carta Magna brasileira e apresenta a análise de seus desdobramentos institucionais, políticos, sociais e econômicos. Vinte anos após a promulgação da Constituição, o programa reúne os depoimentos de parlamentares e representantes da sociedade civil. O documentário será exibido no domingo, dia 5, às 21h, com reprise no dia 12, às 15h30, e irá abordar o contexto histórico em que surgiu a proposta da nova Constituição, os embates conceituais e políticos, os momentos críticos e decisivos e os seus protagonistas e a importância da participação popular no processo.

MEMÓRIA

A memória dos embates político-ideológicos ocorridos durante a Assembléia Nacional Constituinte concluída em 1988 está agora disponível na internet. O portal virtual “Constituição Cidadã – 20 anos” dá acesso à íntegra dos discursos, a debates e votações. Além dos Anais das sessões constituintes digitalizados, o portal disponibiliza fotografias, áudios, vídeos e matérias produzidos pelas secretarias de Comunicação da Câmara e do Senado. O endereço é www2.camara.gov.br/internet/constituicao20anos. Já no site www.senado.gov.br/Comunica/agencia/constituicao-20anos está o material especial preparado pela Agência Senado e que será publicado em encarte na edição da próxima semana do **Jornal do Senado**.

agora é lei

Oceanografia já é profissão regulamentada

Depois de uma espera de quase 30 anos, está regulamentada – pela Lei 11.760 – a profissão de oceanógrafo. A lei publicada no *Diário Oficial da União* de 1º de agosto, estabelece que a profissão pode ser exercida pelo portador de diploma de Oceanografia ou de Oceanologia, mas fica livre o exercício aos portadores de diploma de graduação em outras áreas de conhecimento ligadas às geociências, ciências naturais ou do mar, aos diplomados pela Escola

Naval com aperfeiçoamento em hidrografia ou aos que estejam comprovadamente exercendo atividades oceanográficas em entidade pública ou privada por um período de cinco anos.

Oceanógrafos poderão, entre outros itens, formular, elaborar, executar, fiscalizar ou dirigir estudos, projetos ou pesquisas científicas que visem ao conhecimento e à utilização racional do meio marinho.

Poderão desenvolver e aplicar métodos e técnicas de explora-

ção, beneficiamento e controle de recursos marinhos, além de processos e técnicas de preservação, monitoramento e gerenciamento do meio marinho.

Cabe a eles desenvolver e aplicar técnicas oceanográficas relacionadas às obras, instalações, estruturas e quaisquer empreendimentos marinhos. Também realizarão perícias e emitirão pareceres e laudos técnicos.

A lei contou com pareceres favoráveis dos ministérios do Trabalho e da Justiça e da Casa

Civil, além de manifestações de apoio dos ministérios da Educação e da Pesca e Aquicultura, do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e de diversas outras instituições e órgãos públicos, encerrando uma luta dos profissionais oceanógrafos e da Associação Brasileira de Oceanografia (Aoceano).

Como profissão nova no Brasil, a oceanografia ainda enfrenta problemas por conta de sua pouca divulgação. O setor público

e as universidades representam uma importante parcela do mercado de trabalho para o oceanógrafo. Na iniciativa privada, a aqüicultura e a pesca, na área biológica; e a engenharia oceânica, na área física e geológica, são exemplos de setores que representam um grande potencial de emprego para oceanógrafos.

Na Oceanografia Química, a solução de problemas relacionados à poluição ambiental em áreas costeiras é outra ocupação para esses profissionais.

institucional

Projeto polêmico domina ligações para Alô Senado

Proposta que torna crime discriminação contra homossexuais foi o tema de três em cada quatro manifestações da população feitas no serviço telefônico

De 1º de janeiro até o último dia 15, o serviço Alô Senado recebeu por telefone ou pela internet 303 mil manifestações de pessoas, que fizeram críticas, sugestões, mandaram recados aos senadores ou opinaram sobre projetos em discussão no Senado. O número representa um crescimento de 680% em relação ao mesmo período de 2007. O campeão das manifestações foi o projeto (PLC 122/06) que considera crime e pune com 5 anos de reclusão a discriminação contra homossexuais, em discussão no Senado.

A proposta representou 74,5% de todas as manifestações ao Alô Senado – 226 mil. Qualquer pessoa pode telefonar gratuitamente (0800-612211) ou fazer

sua comunicação pela internet (<http://www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepop/>). Os atendentes da Central de Relacionamento com o Cidadão trabalham das 8h às 19h.

O projeto passou a ser o mais mencionado assim que chegou ao Senado e começou a ser discutido nas comissões. Boa parte das pessoas que telefonam acredita que a iniciativa busca legalizar o casamento entre homossexuais e, quando são informadas pelos atendentes sobre seu conteúdo, às vezes desistem de sua manifestação. A Igreja Católica e os evangélicos são contrários à proposta.

Em junho passado, levantamento do DataSenado constatou que 70% dos entrevistados querem que a lei puna a discriminação ou

o preconceito contra homossexuais. A polêmica levou à criação de blogs na internet que incentivam os internautas a se manifestar por meio do Alô Senado.

O segundo projeto que mais recebeu manifestações da população neste ano (8,3%) na Central de Relacionamento com o Cidadão foi o PLS 121/07, que cria a Contribuição Social para a Saúde, o qual entrou em votação depois que os senadores derrubaram uma proposta que prorrogava a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O projeto encontra-se sob exame dos deputados, prevendo a cobrança de 0,1% das movimentações bancárias, com isenção para salários e aposentadorias de até R\$ 3.080.

presidência

Garibaldi reitera necessidade de se respeitar proibição ao nepotismo

Em ofício enviado aos gabinetes no dia 23 passado, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, reiterou “a necessidade de cumprimento” da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que proíbe o nepotismo nos três Poderes. No texto, ele lembra que, de acordo com a Constituição, a súmula “é de observância obrigatória para

toda a administração pública, impondo-se, portanto, à administração do Senado Federal”.

Garibaldi Alves deu prazo até o dia 10 de outubro para que os senadores informem a Presidência sobre a existência de parentes nas condições previstas na súmula ou exponham dúvidas sobre o alcance da decisão do Supremo.

MARINHEIRAS

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está realizando mais uma edição do projeto Soldado Cidadão, organizado pela Marinha em parceria com o Senado, para treinar e formar marinheiras para o ingresso no mercado de trabalho.

O projeto, de alcance nacional, é gerenciado pelo Ministério da Defesa e está sendo executado pelo ILB há três anos. Esta é a quinta turma a ser formada pelo programa e que irá capacitar 30 novas marinheiras.

As recrutas são jovens voluntárias, com idades entre 18 e 24 anos, de perfil socioeconômico carente, que, ao final do ano, receberão um diploma e estarão aptas a prestar serviços ao Hospital Naval e ao Ministério da Marinha.

CENSO DO LEGISLATIVO

Realizado em conjunto pelo Senado Federal e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), começa a ser organizado o II Censo do Legislativo Brasileiro, que irá buscar informações detalhadas sobre o funcionamento das 5.564 câmaras municipais e das 27 casas legislativas nos estados e no DF. O primeiro censo foi divulgado pelo Interlegis em abril de 2008. A nova edição incluirá um Censo do Legislador, para identificar a trajetória política dos legisladores brasileiros e o modo como vêm trabalhando.

O acesso complicado a regiões isoladas do país dificultou a comunicação e o controle dos recenseadores, retardando a conclusão dos trabalhos do primeiro censo. Por isso, a colheita dos dados da nova edição será terceirizada.

NOVO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, reuniu-se na semana passada com os secretários das comissões técnicas para apresentar a proposta do novo sistema de informação do processo legislativo que deverá ser lançado até o final de novembro.

O objetivo da reunião foi ouvir sugestões dos secretários para agilizar o trabalho de processamento eletrônico dos textos legislativos em suas diferentes etapas, de modo a dar cada vez mais confiabilidade e facilidade no acesso às informações que são colocadas à disposição do cidadão via internet.

Essa proposta vem sendo elaborada pelo grupo de trabalho de modernização do processo legislativo, que de fevereiro a julho deste ano fez o levantamento da situação das informações legislativas da Casa para detectar os entraves nesse processo. Foram identificados problemas como a falta de comunicação entre os setores responsáveis pelas etapas. Esta segunda fase é de execução das propostas levantadas e deverá estar centrada em três frentes: padronização da alimentação de bancos de dados, fornecimento dos textos e facilitação de acesso pelo usuário.



O ciclo de shows em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova, que integra a programação do Ano Cultural do Senado Artur da Távola, foi retomado com a apresentação dos grupos Damas de Ouro e Stel & Banda, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis.

O Damas de Ouro, formado por Rosemaria (voz), Kátia Monteiro (violão 7 cordas), Cláudia Coutinho (cavaquinho), Tatiana Lobão (percussão) e Nany Dias (percussão), apresentou o show *100 Anos de Cartola*, para lembrar o compositor Angenor de Oliveira. Elas interpretaram músicas como *As Rosas não*

falam, Alegria, O Mundo é um moinho e Ensaboa.

Criado em 2004, o grupo de mulheres tem formação, estilo e filosofia inspirados nos grandes grupos regionais das décadas de 1950 e 1960, como o Época de Ouro, de Jacob do Bandolim. O objetivo é a divulgação da música popular brasileira, enfocando o samba de raiz e o chorinho.

Ao lado do maestro Joaquim França, do violinista e guitarrista Alberto Sales e do violoncelista Ocelo Mendonça, Stel Nogueira trouxe o show *Minas e outras Gerais*, revelando a influência dos movimentos musicais mineiros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação



Sexto maior banco dos Estados Unidos, Washington Mutual foi fechado pelo governo na última quinta-feira. Falência é considerada a maior de um banco no país

A crise dos EUA e seus reflexos

Rádio Senado aborda em dois programas a crise financeira norte-americana e o seu alcance na economia brasileira. Iniciada no setor imobiliário, situação já levou vários bancos à falência

A crise financeira que assola os Estados Unidos e assusta o mundo trouxe de volta o fantasma da quebra da bolsa de 1929 e da chamada Grande Depressão que veio logo depois. Os reflexos dessa crise no Brasil serão abordados em debate com parlamentares e especialistas na entrevista especial do programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar na segunda-feira, às 12h.

Até que ponto o Brasil tem que

se preocupar com a crise? A economia brasileira está preparada para enfrentar problemas como a redução da oferta de crédito internacional e a retração do comércio mundial? Essas e outras questões serão discutidas pelos participantes do programa.

O mesmo assunto será tratado pelo *Senado Economia*, também na Rádio, segunda-feira, às 8h30, em conversa com Rogério Studart, diretor-executivo do Banco Mundial (Bird) para

o Brasil e mais oito países da América Latina. Studart vai falar ainda sobre o desenvolvimento brasileiro.

A crise norte-americana teve início no mercado imobiliário. O financiamento de imóveis para o mercado *subprime* (segunda linha) aconteceu com confiança excessiva por parte das financiadoras. Esse público, sem histórico de bom pagador, dava como garantia suas casas. Porém, com a inflação e a taxa

de juros em alta, o preço dos imóveis despencou. Com receio de financiar ainda mais esse público, os bancos dos EUA limitaram novos empréstimos, o que ocasionou uma procura menor de imóveis. Assim, além de não receber o valor dos financiamentos, as financiadoras não conseguiam vender as casas a outros possíveis compradores. A partir daí houve uma seqüência de bancos e empresas de crédito imobiliário pedindo falência.

Eleições municipais 2008

O *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, que vai ao ar às 8h30, na Rádio Senado, destaca as eleições municipais de domingo, 5 de outubro. O programa mostrará o que pode e o que não pode ser feito no dia em que 128 milhões de eleitores irão às urnas para escolher prefeitos e vereadores de 5.564 municípios.

HIPERTENSÃO

A pressão alta, ou hipertensão, será o tema do *Pergunte ao Doutor*, que será transmitido pela Rádio Senado nesta quarta-feira, às 8h30. Além dos riscos que essa doença pode acarretar à saúde das pessoas, o programa discorrerá sobre diagnóstico e tratamento do mal. Produzida a partir de sugestão da ouvinte Gildete Pereira, de Balsas (MA), a atração terá a participação do cardiologista César Luiz Gonzales Silva. O especialista também vai esclarecer as dúvidas enviadas pela ouvinte Maria Anília da Silva Cruz, de Carolina (MA), que se queixa de "bataques" no coração e de dor de cabeça quando o coração dispara.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

Conselho tutelar

"Gostaria que a lei fosse revista para que as pessoas escolhidas para o conselho tutelar e seus suplentes tivessem que participar de cursos preparatórios de formação para aprimorar o conhecimento. Até mesmo para ver se têm afinidade com o cargo. Pode parecer uma discrepância, mas na minha cidade o cargo é para testar o eleitorado em campanhas para vereador e prefeito e não para atender a população. Acredito que muitas pessoas eleitas na cidade, depois que assumem o cargo, não sabem o que estão fazendo ali, e isso é perigoso para a sociedade."

Carlos Eduardo Plens, de Ribeirão Pires (SP)

Policiais militares

"Gostaria de saber por que razão a polícia militar no Brasil não funciona. Na verdade, faltam dignidade e ética à corporação pelo fato de não existir advogado de defesa, por parte do Estado, aos policiais militares, que ficam sem proteção quando cometem algum delito em serviço. O Estado tem o dever de defender os policiais, até que se prove o contrário. Quando policiais são intimados a depor em juízo, essas horas não são contadas como trabalho. Deveria existir uma sala para os policiais aguardarem o seu momento de depor."

Antônio Carlos Garcia Marques, de Cachoeiro do Itapemirim (ES)

Lei Seca

"Gostaria de parabenizar pela matéria publicada sobre a Lei Seca. Esta, sim, já deveria estar funcionando há anos. Acredito que fechar os bares próximos

às rodovias não resolveria o problema, gerando ainda o desemprego. Na verdade, qualquer cidadão pode beber em sua residência e sair dirigindo nas BRs."

Hélio Fernandes de Araújo, de Caicó (RN)

Jovens no Parlamento

"Sugiro aos parlamentares a elaboração de um projeto de lei em que os jovens possam representar os parlamentares por um dia."

Fabício Lima da Paz, de São Paulo (SP)

Infra-estrutura

"Procurei os órgãos responsáveis pela infra-estrutura em meu município e não obtive as respostas de que precisava. Espero que os senadores que representam o estado do Tocantins se mobilizem e olhem mais para os seus eleitores."

Durvalino Rodrigues Rito, de Almas (TO)

Crise global

"Precisamos atravessar esta crise global de cabeça erguida, diminuindo os preços dos alimentos e ofertando mais pratos na mesa daqueles que mais precisam: os pobres. Estes, sim, são os mais necessitados diante de tudo isso que está ocorrendo no mundo."

Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)

Educação

"Sugiro aos congressistas da base mineira que auxiliem a educação do estado de Minas Gerais."

Eduardo Amorim Silva, de Teófilo Otoni (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Não temos fronteira com o Equador, mas temos um relacionamento muito antigo com aquele país. Acho que os fatos podem representar um perigoso precedente no tratamento dado aos nossos nacionais no exterior, algo que não praticamos com os nacionais de outros países que para cá acorrem

Marco Maciel, alertando para as conseqüências das ações do governo do Equador contra brasileiros funcionários da Odebrecht.

Quando se anuncia um calote ao BNDES, é preciso que se veja a modalidade de contrato feita, as garantias dadas. Não pode, de maneira nenhuma, um banco brasileiro, cujo patrimônio pertence ao povo, ter prejuízo em operação dessa natureza

Heráclito Fortes, sobre a possibilidade de o Equador suspender pagamentos ao BNDES, financiador da hidrelétrica construída pela Odebrecht.



Se compararmos com outros países, o Brasil continua devedor, concentrador, desigual e injusto com parcelas importantes da nossa população

João Pedro, para quem o combate à pobreza deve continuar como prioridade, mesmo após a constatação de que 13,8 milhões de brasileiros deixaram a pobreza entre 2001 e 2007.

Vinte e três anos depois da volta da democracia, 16 anos após Itamar [Franco], Fernando Henrique [Cardoso] e Lula, e a gente ainda tem esse flagelo, essa vergonha, essa tragédia neste país

Cristovam Buarque, ao repercutir reportagem que mostra prostituição de crianças na rodoviária do Plano Piloto, a três quilômetros do Palácio do Planalto.

As informações sobre pedófilos repassadas a outros países têm resultado em prisões. Aqui no Brasil, resultam em busca e apreensão, porque a lei brasileira é pífia no combate aos crimes de pedofilia cometidos via internet

Demostenes Torres, ao defender a atualização da legislação brasileira.

Estranhei que um jornal local fizesse críticas aos gastos do Poder Legislativo, esquecendo-se de que tivemos um período em que o Congresso foi fechado, em que faltou liberdade. É preciso que essa gente entenda que, mais do que os gastos do Legislativo, o importante é o que ele representa: a liberdade, a liberdade do povo

Epitácio Cafeteira, rebatendo matéria publicada na imprensa.



pergunte ao senador

Terceirização: necessidades e substituição gradual

"Por que os concursados municipais e estaduais não são efetivados de acordo com a sua classificação, sendo dada preferência à contratação de terceirizados?"

Célia Maria de Sousa, Boa Esperança (MG)

O senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** responde:

Como você sabe, Célia, a contratação de funcionários para o serviço público deve obedecer a concurso, mas todo o processo demanda tempo para a realização de provas, apuração dos resultados e ainda julgamento de recursos e questionamentos de candidatos. Diante dessa realidade, o município e o governo, muitas vezes, acabam optando por trabalhadores temporários. Por outro lado, a substituição do terceirizado pelo concursado, em geral, precisa ser

feita de forma gradativa para que o trabalho não seja prejudicado. O terceirizado acaba adquirindo um conhecimento ao longo do tempo que não pode ser delegado de uma hora para outra a novos servidores, que ainda não têm a experiência necessária para assumir tarefas às vezes complexas e de grande responsabilidade. Por isso, a formação do novo quadro costuma ser feita em etapas. É importante ressaltar, ainda, que em algumas áreas o poder público deve, sim, continuar usando os terceirizados, especialmente onde as atividades implicam

grande rotatividade de mão-de-obra. Mas é claro que o terceirizado não pode ser encarado como substituto do concursado que aguarda ser chamado para assumir o cargo pelo qual tanto lutou.



Estatuto do Idoso completa cinco anos

O Estatuto do Idoso completa nesta sexta-feira, 1º de outubro – Dia Nacional e Internacional do Idoso –, cinco anos, desde sua sanção pelo presidente Lula. A Lei 10.741/03 entrou em vigor em 1º de

janeiro de 2004 e garantiu diversos direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, mas ainda é pouco divulgada. Não são poucas as instituições a infringirem suas determinações.

Conheça os principais avanços trazidos pela lei para uma parcela da população que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já soma 19 milhões de brasileiros – 10,2% do total.

Lei garantiu mais direitos aos maiores de 60 anos

Uma das normas mais polêmicas fixadas pelo Estatuto do Idoso foi a que garantiu gratuidade e desconto de passagens no sistema de transporte coletivo interestadual. Representando 117 permissionárias do serviço, a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) recorreu à Justiça, em 2004, sustentando que não havia previsão de fonte de custeio para o benefício aos idosos, o que iria gerar desequilíbrio econômico para as empresas do setor. Após algumas derrotas e vitórias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no Judiciário para garantir o cumprimento do estatuto, o Supremo Tribunal Federal (STF), no início de 2007, manteve a obrigação para as empresas. Veja esta e outras garantias estabelecidas na lei:

Transporte

- A reserva para os idosos no transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário foi regulamentada por três decretos. O último é o 5.934, de outubro de 2006, que determina que serão reservadas nesses tipos de transporte duas vagas gratuitas às pessoas com 60 anos ou mais e com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Também está garantido desconto de 50% do valor da passagem para os idosos com a mesma renda e

que excederem as vagas gratuitas.

- Os maiores de 65 anos têm direito à gratuidade no transporte coletivo público urbano mediante a apresentação de documento de identificação, sendo 10% dos assentos reservados aos idosos. Para os que têm entre 60 e 65 anos, fica a critério da legislação local decidir sobre a gratuidade nesse tipo de transporte.

Saúde

- Idosos têm atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS).
- O estatuto dá direito a acompanhante para o idoso internado ou em observação em qualquer unidade de saúde.
- É garantida a distribuição de remédios, principalmente os de uso continuado (para hipertensão, por exemplo), e de próteses e outros recursos relativos a tratamento, habilitação ou reabilitação.
- Os planos de saúde não podem reajustar mensalidades de clientes com mais de 60 anos. Mas há controvérsia sobre a aplicabilidade da lei para planos contratados antes de 1º de janeiro de 2004. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que antes

do Estatuto do Idoso fixava sete faixas etárias para reajuste – duas delas para os idosos –, determinou, a partir da entrada em vigor da lei, a adoção de dez faixas.

Justiça

- Nas ações judiciais, os idosos podem ser representados pelo Ministério Público, União, estados, Distrito Federal, municípios e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- É assegurada a prioridade na tramitação de processos judiciais acionados por idosos.

Violência

- Fica proibida toda forma de discriminação ou humilhação contra idosos, sob pena de condenação a reclusão de seis meses a um ano e multa.
- O abandono de idoso em hospitais e casas de saúde pode ser punido com detenção de seis meses a três anos e multa.
- A pena para quem submeter idosos a condições desumanas, privados da alimentação e de cuidados indispensáveis é de dois meses a um ano de detenção e multa. Se ocorrer a morte do idoso, a punição será de quatro a 12 anos

de reclusão.

- A apropriação de bens, pensão ou qualquer rendimento de idoso pode levar a condenação, com pena que varia de um a quatro anos de reclusão e multa.

Assistência social

- Fica assegurado o benefício mensal de um salário mínimo aos idosos a partir de 65 anos que não possuam meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família.

Trabalho

- Na admissão em qualquer trabalho ou emprego é proibida a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo assim exigir. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, sendo privilegiado o candidato de idade mais elevada.
- O governo deve criar programas de profissionalização para idosos e de estímulo às empresas privadas para contratação de maiores de 60 anos.

Benefícios

- O Dia Mundial do Trabalho, 1º de maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

Habitação

- Nos programas habitacionais públicos ou subsidiados por recursos públicos, é obrigatória a reserva de 3% das unidades residenciais para os idosos.

Lazer

- Idosos têm direito a 50% de desconto em atividades culturais, esportivas e de lazer, além da garantia de acesso preferencial.

Qualquer cidadão pode denunciar desrespeito ao Estatuto do Idoso aos conselhos estaduais ou municipais dos idosos, às delegacias ou ao Ministério Público

ARTE SOBRE FOTO DE DUCHESSA/SXC

Duas mudanças e muitas propostas ampliam benefícios

Nesses cinco anos de vigência, o Estatuto do Idoso foi modificado por duas leis, ambas sancionadas este ano.

A primeira (Lei 11.737) atribuiu aos defensores públicos o

Maiores de 60 anos têm prioridade em restituição de imposto

poder de referendar transações relativas a pensões alimentícias, o que antes estava a cargo apenas do promotor de Justiça; a segunda (Lei 11.765) acrescentou a prioridade ao idoso no recebimento da restituição do Imposto de Renda, medida que já vinha sendo adotada pela Receita Federal mesmo sem a determinação em lei.

Alguns projetos de lei em tramitação no Congresso objetivam alterar ou regulamentar o estatuto. No Senado, o PLS 316/07, de

Lúcia Vânia (PSDB-GO), determina a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso em internações. Aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), o projeto aguarda votação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Outra proposta (PLS 596/07), de Execlito Júnior (PR-RO), garante aos idosos liberdade de escolha do assento em transporte coletivo interestadual. A matéria já foi aprovada pela CDH em decisão terminativa.

Na Câmara, o Projeto de Lei 129/07 permite reserva maior que 3% a idosos nas unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. A proposta foi aprovada em três comissões daquela Casa e enviada para o Senado. Já o Projeto 2.290/07 concede desconto de 50% nas passagens aéreas adquiridas por idosos e determina que as companhias reservem ao menos 5% das vagas de cada voo para esse benefício.

Saiba mais

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

SBN, Quadra 2, Bloco C
Brasília (DF) – CEP 70040-020
0800 610300
www.antt.gov.br

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Avenida Augusto Severo, 84 –
Glória
Rio de Janeiro (RJ) –
CEP 20021-040
0800 701 9656
www.ans.gov.br